

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/07/2019**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 3
1.2. INSTITUCIONAL.....	4 - 5
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	6 - 8
1.4. VARA CRIMINAL.....	9
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	10 - 12
2.2. INSTITUCIONAL.....	13
2.3. POSSE.....	14 - 15
2.4. VARA CRIMINAL.....	16
2.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	17
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DESEMBARGADOR.....	18 - 19
3.2. INSTITUCIONAL.....	20
3.3. PRESIDÊNCIA.....	21 - 22
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO.....	23
4.2. DECISÕES.....	24
4.3. VARA CRIMINAL.....	25
4.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	26
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. COMARCAS.....	27 - 28
5.2. INSTITUCIONAL.....	29
5.3. PRECATÓRIOS.....	30
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	31
6.2. COMARCAS.....	32 - 34
6.3. DESEMBARGADOR.....	35 - 36
6.4. VARA CRIMINAL.....	37

# ESTADO MAIOR

## Eleição

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizará, no dia 17 deste mês, a eleição para a vaga de membro substituto, na categoria de desembargador, para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

A vacância do posto ocorre no dia 20 deste mês, quando se encerra o 1º biênio do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

A comunicação do encerramento do primeiro biênio foi feita pelo presidente do TRE-MA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, à presidência do TJ, no dia 24 de junho.

# PH

**PERGENTINO  
HOLANDA**

.....  
ph@mirante.com.br  
@holandaph

## TRIVIAL VARIADO

Definida a data para a realização da eleição para preenchimento da vaga de membro substituto - categoria Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA): 17 de julho.

No capítulo: a vacância ocorre no dia 20 deste mês, quando se encerra o 1º biênio do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro, no cargo desde o ano de 2017.

# PH

## PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br  
@holandaph

### **Convite** a Lourival Serejo

Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e ocupante da cadeira 35 da Academia Maranhense de Letras, o desembargador e escritor Lourival Serejo acaba de receber um honroso convite da Academia Brasileira de Letras para ser um dos integrantes do seu quadro de Membros Correspondentes. Alguns

maranhenses, como o presidente e escritor José Sarney, pertencem ao quadro vitalício da instituição. Lourival é escritor, poeta e jurista. E, também, é membro efetivo de outras três academias: a Maranhense de Letras Jurídicas, a Imperatrizense de Letras e a Vianense de Letras.

ESTADO  
MAIOR

Bancada maranhense  
no Congresso Nacional  
ativa. **POLÍTICA 3**

# ESTADO MAIOR

## Bancada ativa

A bancada maranhense no Congresso Nacional tem protagonizado uma série de debates e ações de relevância e com desdobramentos de impacto gigantesco no Maranhão e no Brasil, o que foi intensificado nesta semana.

Na terça-feira, o deputado Aluisio Mendes (Podemos) coordenou a oitiva dos delegados de Polícia Civil Ney Anderson e Tiago Bardal - no âmbito da Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado -, para apurar denúncias de investigações clandestinas que, segundo os policiais, foram determinadas pelo secretário de Segurança Pública Jefferson Portela (PCdoB) contra magistrados do Tribunal de Justiça, seus respectivos familiares e assessores, além de lideranças políticas.

Parlamentares do Maranhão e de outros estados participaram da audiência, que, com a conclusão do relatório, pode resultar na federalização da apuração das denúncias.

No Senado da República, o senador Roberto Rocha (PSDB) formalizou ontem no Plenário pedido para que a Comissão de Fiscalização e Controle da Casa apure as denúncias de espionagem da SSP do Maranhão.

Já a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, sob a coordenação do deputado Edilázio Júnior (PSD), vistoriou o Porto do Itaqui. O objetivo foi apurar as denúncias levantadas pela Antaq de descumprimento do Convênio de Delegação firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado, após saques de R\$ 140 milhões dos cofres do porto.

Outra atuação incisiva da bancada maranhense diz respeito à discussão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e os Estados Unidos para a exploração do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O deputado Hildo Rocha (MDB) atua como relator da peça, que foi analisada e discutida por todo o colegiado maranhense. A matéria ainda será apreciada pelo Plenário da Casa.

Bancada ativa, que tem buscado deixar uma marca de atuação no Congresso.

## Reação

A prefeita do município de Raposa, Talita Laci (PCdoB), reagiu por meio de nota a uma afirmação feita pelo delegado Ney Anderson, na ocasião da oitiva na Câmara Federal.

O delegado afirmou que a cúpula da Polícia Civil conseguiu identificar suposta ligação entre a gestora e traficantes da região de Raposa. Ele disse que as investigações foram engavetadas.

Laci repudiou as declarações do delegado. Classificou de “fantasiosas” as acusações e disse que vai acionar o delegado na Justiça por calúnia.

## DE OLHO

# R\$ 140 MILHÕES

É O VALOR REFERENTE a saques do Executivo das contas do Porto do Itaqui. A retirada motivou vistoria de deputados federais no terminal maranhense.

## E MAIS

- Pelo menos mais oito pessoas, entre elas servidores da SSP, devem prestar depoimentos contra Jefferson Portela na Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal.
- “Não viemos ao Porto do Itaqui para passear”, disse Aluisio Mendes, sobre tentativa de governistas de inviabilizar vistoria técnica de comissão da Câmara.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE ALTERAÇÃO**

**Pregão Eletrônico SRP nº 37/2019**

**Processo nº 3896/2019**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de software (adobe); **Abertura:** 19/07/2019 às 09:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Justificativa:** Exclusão do benefício ME/EPP; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). Fone: (98) 3261-6181/6194.

São Luís/MA, 04 de julho de 2019. **Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).**

	<b>ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b> <b>Pregão Eletrônico nº 40/2019</b> <b>Processo nº 22.558/2019</b>	
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de projetos executivos para subsidiar procedimento licitatório de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Zé Doca-MA; <b>Abertura:</b> 18/07/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); <b>Local:</b> <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> ; <b>Informações:</b> Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; <b>E-mail:</b> <a href="mailto:colicitacao@tjma.jus.br">colicitacao@tjma.jus.br</a> . <b>Fone:</b> (98) 3261-6181. São Luís/MA, 02 de julho de 2019. <b>Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.</b>	



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 03/2019  
PROCESSO Nº 5202/2018-TJMA**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de recuperação estrutural e reforma do Fórum de Morros; **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; **ABERTURA:** 07/08/2019, às 10:00 horas; **LOCAL:** Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br); **FONE:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 03 de julho de 2019. **MAURÍCIO FERNANDES LIMA - Presidente da CPL-TJMA.**

# Professor é preso por aplicação de golpes

Ele pedia a clientes de sua empresa que emitissem notas fiscais e os pagava com cheque sem fundos

O professor Marlow César Santana Oliveira, de 40 anos, foi conduzido ontem à Unidade Prisional de Rosário, onde vai ficar à disposição do Poder Judiciário. Ele foi preso em cumprimento de uma ordem judicial na tarde de quarta-feira, 3, em Axixá, acusado de ter aplicado golpes em pelo menos sete pessoas, usando nomes de prefeituras do interior.

Marlow estava sendo investigado pela Delegacia de Defraudações desde 2013. Segundo a polícia, a prisão do professor foi expedida pela 1ª Vara Criminal de São Luís, que tem como titular o juiz Ronaldo Maciel. O professor, após ser preso, foi apresentado na Delegacia Regional de Rosário, onde prestou esclarecimentos.

O professor seria proprietário de uma empresa e pedia aos “clientes” que emitissem notas fiscais em nome de Prefeitura do interior do estado. O



**Marlow César Santana, que foi preso por crime de estelionato**

pagamento era feito por ele por meio de cheques sem fundos.

No decorrer da investigação, a polícia comprovou sete vítimas dessa ação criminosa. O valor do prejuízo não foi divulgado pela polícia. Há possibilidade de outras pessoas terem caído no golpe. ●

**Aberto em São Luís o  
VI Encontro Nacional  
do Ministério Público**

PÁGINA 5



**SOLENIDADE**

# Aberto em São Luís o VI Encontro Nacional do Ministério Público



O VI ENCONTRO NACIONAL DO MP FOI ABERTO NO AUDITÓRIO DA PGJ, NO CALHAU

Com a presença de membros e servidores do Ministério Público de vários estados do Brasil, além de autoridades convidadas, foi aberto na noite desta quarta-feira, 3, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o VI Encontro Nacional do Ministério Público: pensamento crítico e práticas transformadoras.

O objetivo do evento, que prossegue até o dia 5, no Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão, com vários debates e exposições de juristas, acadêmicos e autoridades, é pensar a atuação ministerial diante do contexto de crise democrática, com ameaça ao sistema de garantia e de efetivação de direitos fundamentais, criado com a Carta Magna de 1988.

A abertura contou com a palestra inaugural “Reflexões sobre o Estado de Direito no Brasil”, proferida pelo governador Flávio Dino.

O diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), Márcio Thadeu Silva Marques, ressaltou a importância de eventos que levem à reflexão sobre o papel do Ministério Público. “É uma oportunidade reflexiva muito importante neste momento. As dificuldades são imensas, porém mais forte deve ser a nossa resistência”, enfatizou.

A coordenadora do coletivo Transforma MP, a promotora de justiça do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) Luisa de Marillac Xa-

vier dos Passos, esclareceu que o encontro é “uma união de sentimentos de membros do Ministério Público que acreditam que a instituição precisa ser repensada, priorizando a nossa missão de defesa da Constituição e dos mais vulneráveis”.

Em seu pronunciamento, a diretora da Escola Nacional do Ministério Público, Ana Teresa Silva de Freitas, agradeceu a participação dos presentes e o apoio da administração superior do MPMA para a realização do evento, ressaltando a ênfase ao papel do Ministério Público definido na Constituição de 1988. “Queremos repensar a atuação da instituição, reencontrando o nosso caminho em favor das transformações de que o país tanto necessita”, defendeu.

O presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil, procurador de justiça Sílvio José Menezes Tavares, também ressaltou que o encontro tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre a atuação ministerial. “A instituição precisa se reavaliar e reprogramar para enxergar melhor a realidade”, sugeriu.

O discurso do procurador-geral de justiça do MPMA, Luiz Gonzaga Martins Coelho, destacou que o encontro ressalta a necessidade da atuação constante do Ministério Público na defesa da democracia, da diversidade e dos direitos humanos, para evitar qualquer

retrocesso em relação aos direitos previstos na Constituição de 1988. “As questões sociais que enfrentamos, na defesa da ordem jurídica, justa e democrática, têm se tornado cada vez mais complexas, exigindo um refinamento em nossa atuação, em busca da excelência na prestação de nossos serviços para a comunidade. Este encontro é uma oportunidade ímpar nesse sentido”.

Citando diversos escritores e poetas maranhenses e concluindo com um verso de Gonçalves Dias, “a vida é combate /que os fracos abate/ que os fortes, os bravos/ só pode exaltar”, o chefe do MPMA enfatizou que as dificuldades enfrentadas pela instituição podem ser superadas com união e compromisso na defesa das conquistas da sociedade brasileira. “O Ministério Público é forte, porque precisa promover a justiça social, defender os direitos humanos e proteger a cidadania”.

Por último, agradeceu a todos os presentes e a todas as autoridades que ajudaram a organizar o evento. “Tenho certeza de que este encontro é mais um momento de fortalecimento institucional em favor da sociedade”.

#### **PALESTRA**

Em sua palestra, o governador Flávio Dino enfocou alguns problemas atuais do estado de direito, como os conflitos entre democracia direta e democracia representativa; a atuação do Estado versus mercado. O chefe do

Executivo finalizou abordando o tema da imparcialidade judicial.

#### **AUTORIDADES**

O corregedor-geral, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, representou a Administração Superior do MPMA. Também compareceram as promotoras de justiça Fabíola Fernandes Faheína Ferreira (chefe de gabinete da PGJ) e Camila Gaspar Leite, que representou a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem).

Dos órgãos ministeriais de vários estados brasileiros participaram a secretária-geral do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), procuradora da República Cristina Nascimento de Melo; o presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil, procurador de justiça Sílvio José Menezes Tavares; e a representante do Movimento Nacional de Mulheres Maria Clara Azevedo.

Estiveram presentes, ainda, o deputado estadual Duarte Júnior, que representou a Assembleia Legislativa do Maranhão; o desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro, representando o Tribunal de Justiça do Maranhão; o procurador-geral de Contas, Paulo Henrique Araújo Reis; o juiz federal Ivo Anselmo Júnior.

Ao final do evento, houve a apresentação cultural do Boi de Axixá.

## Tribunal de Justiça do Maranhão

### NOTA PÚBLICA

Tendo em vista manifestação do deputado federal Edílázio Júnior que, durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson, nessa terça-feira (02/07/2019), na Câmara Federal, questionou possível uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, vimos esclarecer que tal hipótese é totalmente descabida, não sendo plausível ilações sobre o uso indevido do dispositivo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

À época, o delegado Tiago Bardal encaminhou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em 11/10/2017, ofício acompanhado de petição inicial e anexos, solicitando providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 19/10/2017, a então corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, encaminhou o expediente e seus anexos à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em 24/10/2017, o então presidente da Corte Estadual de Justiça, desembargador Cleo-

nes Cunha, à época, determinou a remessa do supramencionado ofício e seus anexos ao Conselho Nacional de Justiça para conhecimento e providências cabíveis, o que foi cumprido, na mesma data, via CORREIOS, conforme comprovante de postagem.

A correspondência foi recebida no Conselho Nacional de Justiça em 27/10/2017, às 11:58 horas, conforme protocolo nº 14466.

Na data de 10/11/2017, o então Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça determinou a autuação e distribuição da RD para processamento.

Cumprir destacar que não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A remessa seguiu o fluxo regular de documentos, via EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, sendo autuada e processada diretamente pelo órgão competente, no caso, o Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, o Tribunal de Justiça do Maranhão e seus membros jamais infringiriam qualquer norma visando atentar contra a dignidade da Justiça.

# Presidente do TJMA dá posse a oito juízes substitutos

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse a oito novos juízes de Direito substitutos, de entrância inicial, em sessão solene realizada nesta quarta-feira (3), no plenário da Corte. Os magistrados empossados são remanescentes do grupo de 96 candidatos aprovados que realizaram curso de formação, após aprovação em concurso público.

O desembargador Joaquim Figueiredo destacou os esforços empreendidos desde o início de sua gestão, com comprometimento de orçamento e limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para que não deixasse de nomear os novos juízes.

Joaquim Figueiredo lembrou do momento em que, em conversa franca e aberta, disse aos integrantes do grupo que o sofrimento deles era também seu sofrimento, mas que lutaria pela nomeação de todos.

“Eu não iria passar para a história de 205 anos do Tribunal de Justiça como sendo o presidente que deixara de nomear alguns juízes para o Poder Judiciário do Maranhão”, disse o presidente, para aplausos de um plenário lotado.

Depois de o presidente declarar aberta a solenidade, e da execução do Hino Nacional, interpretado pelo saxofonista e subtenente da Polícia Militar, Orivaldo Siqueira, foram convocados a fazer o juramento os oito novos magistrados: Adriano Lima Pinheiro, Diego Duarte de Lemos, Antônio Martins de Araújo, Nivana Pereira Guimarães, Kalina Alencar Cunha Feitosa, Azarias Cavalcante de Alencar, João Batista Coelho

Neto e Danilo Berttôve Herculano Dias. O termo de posse de cada um deles foi lido pelo diretor-geral da Secretaria do TJMA, Mário Lobão, e assinado pelo presidente do TJMA.

Quem falou em nome dos empossados foi o juiz Adriano Lima Pinheiro, nascido em Teresina e ex-analista do Tribunal de Justiça de seu estado natal. Agradeceu a Deus e familiares pelo apoio, lembrou do edital do concurso lançado em 2011, com 31 vagas, que teve quase três mil candidatos inscritos, dos quais 96 aprovados e convocados para o curso de formação em 2015.

Adriano Pinheiro disse da ansiedade pelo exercício do cargo, em momento de limitações de ordem fiscal e orçamentária, quando apenas os 30 primeiros foram nomeados. “Dali em diante, a administração desse Tribunal empreendeu esforços para, gradualmente, efetivar a nomeação dos demais. E, hoje, estamos nós aqui: os oito remanescentes”, comemorou.

Analista judiciária concursada do TJMA desde 2006, a maranhense de Caxias Nivana Pereira Guimarães disse que seu sonho sempre foi integrar o Poder Judiciário como magistrada. “É uma realização de toda uma vida, minha, da minha família e de todos aqueles que torciam por mim”, revelou.

Também de Caxias, Azarias Cavalcante de Alencar, ex-advogado de banco durante quase 20 anos, vive a expectativa do novo cargo: “é expectativa de muita responsabilidade, mas com a experiência e a disposição que nós temos, eu acredito que dá para fazer um grande trabalho”, frisou.

# CONCEITOSOCIAL

POR: LILIANE SÁ

LILIANNEJESUS@HOTMAIL.COM

## TJMA escolhe novos juízes para completar quorum nos julgamentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, em Sessão Plenária Administrativa nesta quarta-feira (3), sete juízes do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Foram sorteados os magistrados Lícia Cristina F. Ribeiro de Oliveira (juíza auxiliar), Hólide Cantanhede Barros (juiz auxiliar), Andréa Cysne Frota Maia (juíza auxiliar), Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Especial Cível e de Relações de Consumo), Rosária de Fátima Almeida Duarte (1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), Sônia Maria Amaral F. Ribeiro (1º suplente) e Adinaldo Ataides Cavalcante (2º suplente).

Haverá, ainda, convocação quando – em razão de licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais – houver possibilidade de não realização de sessão do Plenário por falta de quorum.

Quando houver necessidade de quorum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que nesse caso inicia com Lícia Cristina F. Ribeiro de Oliveira (juíza auxiliar).

**PROMOÇÃO** - Ainda na sessão, o juiz Anderson Sobral de Azevedo (titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Caxias), foi promovido, por merecimento, para juiz auxiliar da comarca da Ilha de São Luís, de entrância final.

## Gestora e professores do IEMA de Axixá envolvidos em escândalo

Repercutiu nas redes sociais nestes últimos dias diversos escândalos envolvendo a gestora geral do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) do município de Axixá, Léa Cristina Paixão juntamente com os professores Marlow César Santana Oliveira e o professor Eric.

O primeiro escândalo foi um vídeo que circulou nas redes sociais onde os professores juntamente com a gestora Léa Paixão foram flagrados em uma mesa de bar acompanhada por jovens, alguns menores de idade. A gravidade do vídeo vem após a confirmação de que estes jovens eram alunos da instituição que Léa Paixão gerencia.

No vídeo destaca-se a presença do professor Oliveira, que leciona a disciplina de Matemática no IEMA.

Com a circulação do vídeo no município de Axixá, diversos pais de alunos da cidade se revoltaram com o que viram, pois a conduta antiética da gestora causou indignação já que esta incentivava diretamente alunos da instituição ao consumo de bebidas alcoólicas.

Com isso, vários pais de alunos se reuniram e denunciaram a gestora para que os órgãos competentes tomassem as devidas providências.

As denúncias direcionadas a gestora Léa Paixão tramitam hoje no Conselho Tutelar de Axixá, no Ministério Público do Maranhão, na Secretária de Estado da Educação e na Promotoria da infância de Icatu.

Contudo, a gestora Paixão cometeu mais um deslize ao acreditar que visitando os pais dos alunos arrolados no vídeo e de maneira contundente expondo-os ainda mais as famílias axixaense. A gestora postou nas redes sociais foto com a família visitada, acreditando que com essa cena pudesse minimizar

seu erro e acalmar os ânimos dos demais pais de alunos daquela instituição.

Assim, alguns professores iniciaram uma saga para tranquilizar a todos. Enquanto, que alguns professores disparavam mensagem aos alunos repassando um quadro de situação sob controle, e de que nada aconteceria de mudança naquela instituição. Informaram também que tudo não passava de fake news, ou seja, toda aquela situação era como se tudo fosse uma história criada por alguém. Porém, o vídeo é claro, e, não teria como ser uma montagem, pois foi inicialmente disparado, inocentemente pelo próprio filho da gestora.

A seguir, uma das mensagens de um dos professores via WhatsApp.

“Queridos vocês são cientes de uma notícia falsa vinculada em blogs acerca de alguns professores da unidade. Sendo assim eu peço que vocês se confiam em mim, possam compartilhar essa imagem em seus status. Agradeço desde já”.

Em meio a essas atrapalhadas da gestora, surge um novo fato que alarma mais ainda a sociedade axixaense, o professor Oliveira que compartilhava do momento festivo do vídeo foi preso nesta tarde do dia 03 pela Polícia Civil pelo crime de estelionato por determinação da 1ª Vara Criminal de São Luís.

A polícia civil cumpriu um mandado de prisão que encontrava-se em aberto desde 2013 em desfavor do professor. O mesmo fora direcionado para a Delegacia Regional de Rosário e em seguida custodiado na Unidade Prisional de Rosário – UPR onde ficará a disposição da justiça.

Segundo informações, Oliveira responderia por mais 2 crimes de estelionato, 1 de Maria

da Penha e 1 por porte ilegal de arma. Além da representação contra Oliveira por parte do Conselho Tutelar por está ingerindo bebida alcoólica com alunos de menor idade juntamente com a gestora Léa Paixão.

O professor Oliveira se achava um dos mandatários do IEMA – Axixá, pelo simples fato de ser irmão de uma coordenadora pedagógica conhecida como Mirla, indicada pelo reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IEMA, Senhor Jhonatan Almada.

Até onde se entende, para ser professor do IEMA precisa ser concursado ou seletivado e o professor Oliveira que encontra-se preso, não é nem uma coisa, nem outra. Foi colocado pelo simples fato de ser irmão da coordenadora Mirla.

### DO CRIME

O crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP, o Sr. Oliveira o praticou contra contra aproximadamente 7 vítimas. Ele seria proprietário de uma empresa e pedia que fossem emitidas notas em nome da Prefeitura de Vitorino Freire e para pagamento repassava cheques emitidos em nome do fundo municipal de saúde de Vitorino Freire, todos sem fundos e um deles com informação de cheque fraudado.

A pergunta que não quer calar: Quantos escândalos ainda terão no IEMA de Axixá para que o governo do Estado se pronuncie? Senhor Secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão?

Como é que o Estado contrata uma pessoa sem sequer analisar sua idoneidade? Com a palavra, o Governador Flávio Dino...

Cadê a Promotoria de Justiça? A Promotoria de Infância? E por último, cadê o Ministério Público do Maranhão?

# Justiça manda Prefeitura de São Luís apresentar lista de professores contratados

O Município de São Luís tem o prazo de 10 dias para apresentar, à Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital, a lista contendo todas as informações relativas aos professores contratados pelo município sem concurso público e vinculados a Secretaria de Educação – SEMED. A determinação foi dada pela Justiça durante audiência de tentativa de conciliação realizada na última segunda-feira, 1º, no Fórum de São Luís, com a participação do Sindeducação e professores aprovados no último concurso público.

A magistrada Maria da Conceição Rego, respondendo pela unidade judicial, também determinou que a Prefeitura de São Luís comprove o número de candidatos efetivamente convocados; dis-

ponibilize informações da folha de pagamento da Educação de 2017, 2018 e 2019, este de janeiro a junho.

De acordo com a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, a ação é oriunda de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado pelo Ministério Público com o Município de São Luís, em 2014, que previa, dentre outros, realização de concurso público para suprir o déficit de professores na Rede, o que ocorreu apenas em 2016, mas a convocação está acontecendo de forma muito lenta, enquanto crianças e adolescentes ficam sem professores.

“É uma situação lamentável, pois o déficit de professores em 2014 já era de duas

mil vagas, o município fez um concurso com menos de mil, e até hoje não convocou metade dos aprovados, prejudicando todo o trabalho da Rede Pública Municipal”, finalizou Elisabeth Castelo Branco.

Durante a audiência, o Ministério Público acusou o Município de São Luís de manter, em sua folha de pagamento, 640 professores contratados, fato que impediria a convocação de todos os aprovados, violando as regras constitucionais de preenchimento dos cargos públicos. “O número de vagas em aberto à época do concurso já está defasado, hoje já é bem maior em razão das aposentadorias efetivadas por centenas de professores”, lembrou a promo-

tora Luciane Belo, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Educação de São Luís.

Para o Ministério Público, há uma grande demora, por parte do município, na resolução desses problemas, e requereu a apreciação do pedido Liminar feito na ação. “O TAC firmado à época junto à 1ª Vara da Infância de São Luís em 2014, posteriormente declinado para a Vara de Interesses Difusos, explica bem toda a problemática dessa questão”, finalizou o MP.

A Justiça abriu prazo para o Município de São Luís apresentar contestação e juntar as informações requisitadas. Em defesa os representantes da prefeitura disseram que o concurso foi prorrogado até Maio de 2021, e que já foram convocados 500 aprovados.

## ELEITORAL

# Eleição para membro substituto - Desembargador do TRE-MA ocorrerá na sessão do dia 17 de julho

Na próxima Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), dia 17 de julho, será realizada a eleição para a vaga de membro substituto - categoria Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). A vacância ocorre no dia 20 deste mês, quando se encerra o 1º biênio do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

A comunicação do encerramento do 1º biênio foi feita pelo presidente do TRE-MA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, por meio do Ofício nº 859/2019 à Presidência do TJMA, em 24 de junho. Ela segue os termos do artigo 9º do Regimento Interno da Corte



Eleitoral maranhense. A comunicação sobre a eleição foi realizada nessa quarta-feira (3), pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim

Figueiredo, durante a Sessão Administrativa.

O desembargador Vicente de Paula foi eleito membro substituto TRE-MA, na ca-

tegoria de desembargador, por unanimidade, na Sessão Plenária Administrativa da Corte Estadual de Justiça do dia 19 de julho de 2017.

# Bate Rebate

## LITERATURA



O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, foi convidado pela Academia Brasiliense de Letras para integrar o Quadro de Membros

Correspondentes da instituição. O magistrado, que é também escritor, poeta e jurista, já é membro efetivo de outras quatro academias. Serejo ocupa a cadeira nº 35 da Academia Maranhense de Letras e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

# Roberto Rocha pede audiência no senado para tratar de suspeita de espionagem no Maranhão

A declaração foi dada em plenário da Casa após o parlamentar participar da oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson Gaspar, ambos da Polícia Civil.

O senador Roberto Rocha (PSDB) vai pedir uma audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal para tratar sobre o caso de suspeita de espionagem no Maranhão.

A declaração foi dada em plenário da Casa após o parlamentar participar da oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson Gaspar, ambos da Polícia Civil, na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado da Câmara dos Deputados, na tarde de terça-feira (2).

Citado sobre a inserção de seu telefone em grampos ilegais sob ordens do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, em maio deste ano, o parlamentar já havia protocolado, junto a Procuradoria Geral da República, uma representação com vistas à abertura de procedimento investigatório contra atos de abuso de poder praticados pelo se-



**Senador Roberto Rocha**

cretário. Com o mesmo teor, ainda em maio, o senador enviou ofício ao Presidente do Senado, Davi Alcolum-

bre, solicitando medidas investigativas junto à Polícia Federal e aos órgãos internos do Senado para apuração dos

acontecimentos.

Na última terça-feira (02), após a oitiva na Câmara, Rocha fez um discurso no plenário do Senado, ocasião em que comunicou ao presidente Davi Alcolumbre que irá tomar providências sobre o caso, que classificou como grave: "Grampear um Senador da República, grampear Deputados Federais, grampear desembargadores para usar como moeda política é algo verdadeiramente inaceitável! E nós vamos exigir, inclusive, uma audiência aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, já que este Senador, que é Corregedor, não pode tomar nenhuma providência em relação ao ocorrido na Câmara dos Deputados. Mas a audiência será tratada aqui também na Comissão de Fiscalização e Controle, que é o território onde o Senado Federal pode tomar as providências", disse o senador.

**Geral**

▪ *Página. 7*

## **Presidente do TJMA se reúne com dirigentes da OAB**



# Presidente do TJMA se reúne com dirigentes da OAB

O desembargador Joaquim Figueiredo destacou os esforços empreendidos desde o início de sua gestão, com comprometimento de orçamento e limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para que não deixasse de nomear os novos juízes.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, reuniu-se nesta quinta-feira (4), com o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, e dirigentes da entidade. O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Angelo Santos, participou da reunião.

A pauta do encontro incluiu o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), a instalação da Vara de Execução Fazenda Pública da comarca de Açailândia, além de questões processuais na comarca de Barreirinhas.

Na ocasião, o presidente da OAB, Tiago Diaz parabenizou o desembargador Joaquim Figueiredo pela posse dos oito novos juízes



no Poder Judiciário estadual, mesmo num momento de contingenciamento fiscal e financeiro. Tiago Diaz afirmou que, com a nomeação dos novos magistrados, ganha o Judiciário, ganha a advocacia e a sociedade maranhense.

“Priorizar a justiça de primeiro grau é prestigiar a cidadania e a sociedade. Essas nomeações certamente contribuirão para a melhoria da taxa de contingenciamento processual o que beneficiará advogados e jurisdicionados com uma prestação jurisdic-

cional mais célere e próxima da sociedade”, enfatizou Tiago Diaz.

Outro assunto discutido na reunião foi a instalação da Vara da Fazenda Pública na Comarca de Açailândia, tendo em vista a grande demanda processual.

# BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



1

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu até o dia 1º de julho, mais de 2,3 mil ofícios de requisição de precatórios dos juízes de execução. O objetivo desses documentos é a inclusão de tais dívidas no orçamento de 2020.

## DESVIO

# Ex-prefeitos de Bom Jardim são denunciados

O município de Bom Jardim tem sido um dos que mais sofrem com problemas administrativos dos seus últimos gestores. Nesta semana, o Ministério Público do Maranhão entrou com uma denúncia criminal na Justiça por conta de desvio de recursos públicos e entre os citados estão os ex-prefeitos Malrinete dos Santos Matos (Malrinete Gralhada) e Manoel da Conceição Ferreira Filho (Sinego).

Os desvios citados começaram quando Malrinete Gralhada assumiu a Prefeitura em lugar de Lidiane Leite,

afastada do cargo pela Justiça também por desvios de recursos públicos.

Segundo o promotor Fábio de Oliveira, Gralhada comandou com servidores públicos e empresários, um esquema para contrair empréstimos da previdência municipal (Bomprev) e em seguida desviar os recursos para benefício próprio.

“Eles pretendiam desviar R\$ 7,8 milhões, mas com nossa ação rápida conseguimos evitar este saque todo, mesmo assim não conseguiram desviar. Foram até quatro empresas be-

neficiadas e pessoas físicas também. Na denúncia fundamentamos uma série de indícios de fraudes”, disse o promotor.

Após o afastamento de Gralhada quem assumiu foi Manoel da Conceição e, segundo o MP, as ações criminosas contra a previdência municipal não mudam, pelo contrário, ficam mais intensas.

O MP pede que a Justiça condene os envolvidos e que eles devolvam até R\$ 1 milhão aos cofres públicos, valor estimado pelo órgão como desviado.

## MANDADOS DE PRISÃO

# Polícia captura suspeitos de crimes



### **RODRIGO CABRAL FOI PRESO POR PORTE ILEGAL DE ARMA**

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Seccional Leste, vinculada à Superintendência da Capital, à qual estão vinculadas as delegacias, 15º, 18º e 19º DP, os bairros Cidade Operária, Maiobão, além dos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, desencadeou mais uma operação policial para cumprir mandados de prisão.

A operação conseguiu prender, por volta das 7h de ontem, quinta-feira (4), Sérgio Afonso Pereira dos Santos, prisão preventiva decorrente de decisão condenatória, expedida pela 1ª vara de Paço do Lumiar pelo crime de Homicídio; Luís Felipe Martins Sales, prisão definitiva, expedida pela 2ª vara de Paço do Lumiar, pelo crime de Roubo; e Ricardo Cabral Chagas, prisão preventiva decorrente de decisão condenatória, expedida pela 1ª vara de Paço do Lumiar, pelo crime de Porte Ilegal de Arma de Fogo.

As formalidades referentes aos cumprimentos dos mandados foram feitas na delegacia de Paço do Lumiar, de onde eles são provenientes. “A Seccional Leste vem efetuando operações com regularidade no intuito de retirar criminosos condenados das ruas, o que, além de tornar a cidade mais segura, também produz a sensação de mais segurança ao cidadão”, enfatiza o delegado Henrique Mesquita, titular da Seccional.

# Conexão São Luís-Moçambique

## CONEXÃO SÃO LUÍS-MOÇAMBIQUE

Doutorando em Direito/ULisboa. Professor Universitário

Os últimos meses tem sido de altos índices pluviométricos na capital maranhense. No fim de março, chuvas acima da média assolaram a ilha.

Fotos e imagens registradas por aparelhos celulares mostraram ruas e avenidas transformadas em rios e corredeiras; condomínios foram invadidos pelas águas – em um deles chegou a ser expedida decisão judicial para que fosse demolido porque teria sido construído em área ambiental.

Segundo reportagem de O Imparcial de 25 de março, 380 famílias (em sua maioria do Sá Viana, Sacavém e Anjo da Guarda) de São Luís ficaram desabrigadas por conta das fortes chuvas naquele fim de semana. A região norte do Maranhão não via tanta água caindo do céu desde 2009 (curiosamente um ciclo de 10 anos), quando grandes volumes de chuva caíram sobre todo o Estado.

Também em março, o ciclone Idai assolou Moçambique. Considerado um dos maiores desastres ambientais dos últimos anos, Idai arrasou boa parte do país, destruindo casas e infraestrutura urbana (inclusive hospitais que deveriam socorrer os atingidos).

Cálculos das autoridades apontam mais de 600 mortos só naquele país (o ciclone também fez vítimas fatais em Malawi e no Zimbábue). O Unicef estimou que cerca de 1,5 milhão de crianças precisariam de assistência imediata em saúde e alimentação. No fim de abril, a Human Rights Watch denunciou à comunidade internacional que mulheres e crianças vítimas do Idai estavam trocando sexo por comida.

O que São Luís (e o Maranhão em 2009) e

Moçambique tiveram em comum naquele mês? De maneira apressada, o leitor poderia responder (com certa razão) que ambas são vítimas das alterações climáticas (se você não acredita em mudanças climáticas pode encerrar a leitura por aqui) que causam eventos com potencial maior de dano.

Contudo, o que as aproxima é o perfil das vítimas e populações afetadas. Se fizer um esforço em sua memória, vai perceber que grande parte das populações afetadas e vítimas fatais de fortes eventos climáticos são as mais vulneráveis econômica e socialmente. E isso não é particularidade de países latino-americanos, africanos ou do sudeste asiático. Basta lembrar de Nova Orleans e o Katrina em 2005.

Aqui vale um pequeno resgate histórico pessoal. Em 2009, no auge das enchentes no Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos articulou uma campanha de doação de cestas básicas e roupas para famílias da comunidade quilombola de Barro Vermelho, às margens do Rio Munim, em Chapadinha. Das 26 casas, 23 foram invadidas pela cheia histórica do rio.

Eu e minha esposa pegamos o carro, levamos as doações e nos deparamos com uma situação de partir o coração, pois, por conta do conflito na área, as famílias não tinham acesso a muita produção, à serviços públicos e até mesmo a ter moradias dignas, o que foi agravado com a enchente do Munim.

Em 2010, nova campanha por doação de cestas básicas, mas dessa vez pelo motivo oposto: uma grande seca afetou a região e o rio quase desapareceu por completo.

Em dezembro do ano passado, foi realizada uma Conferência global para discutir a situação das migrações internacionais. Na

oportunidade foi criado o Pacto Global para Migrações Seguras e Ordenadas. Dentro dessa conferência, a ONU reconheceu a gravidade dos refugiados climáticos. Foram delineadas as primeiras linhas de um plano global para regular a migração de povos por conta das alterações climáticas.

Estados Unidos, Austrália e alguns países da União Europeia não anuíram com o Pacto – e, consequentemente, com o plano global para regular migrações por conta das alterações climáticas.

Segundo o portal de notícias da The Weather Channel, quase um quinto da população projetada para 2100, 2 bilhões de pessoas, podem tornar-se refugiados por causa das alterações climáticas, de acordo com um estudo da Universidade de Cornell.

Há um falso consenso no meio científico e na imprensa mundial de que precisamos cuidar do planeta porque as alterações climáticas potencializadas pela mão humana atingiriam a todos, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo ou condição econômica. Pura falácia.

Os exemplos mais recentes estão aí para comprovar que há um recorte de classe social e econômica também nos efeitos catastróficos das alterações climáticas. E claro que esse recorte não é a natureza que faz. Somos nós.

A classe média/média alta, na segurança de uma moradia segura, qualificada e com um bairro razoavelmente estruturado não é afetada por essas mudanças. Talvez os maiores impactos que alguns ludovicenses tiveram com as fortes chuvas de março e abril foram as avarias nos seus automóveis por conta da péssima condição das vias urbanas ou a perda de tempo nos congestionamentos. E olhe lá.

# Homicida é preso em Bacabal

O homem identificado por Pedro Sobrinho Ramos Filho, 45 anos, foi capturado no fim da manhã desta sexta-feira (4), no município de Bacabal, a 400 km de Imperatriz, em cumprimento a mandado de prisão preventiva decretada pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Lago do Junco. Pedro Sobrinho é acusado de ter cometido um homicídio em Lago do Junco, cuja vítima foi José Carlos Sampaio, crime ocorrido em 2002. Em depoimento à Polícia Civil, Pedro Sobrinho disse que agiu em legítima defesa, tendo em vista que a vítima teria invadido sua residência armado com uma faca, o que teria deixado sua família em pânico. Pedro Sobrinho será transferido de Bacabal para Lago do Junco, onde ficará aguardando pronunciamento da Justiça.

## Acusado de tentativa de homicídio é condenado a 9 anos de prisão em Açailândia

Divulgação/TJ-MA



### **Jacleuson Feitosa dos Santo é acusado de tentar contra a vida de Danyel Mota**

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira, dia 2. No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença formado por jurados da comunidade decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de 9 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos frentistas do posto,

entre os quais, a vítima Danyel Mota.

De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda.

Ao chegar no posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais uma munição intacta. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar.

Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Lívia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram da defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açailândia.

# Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogressonet.com

## Esquentando

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) levou ao plenário do Senado, ontem, as graves denúncias feitas pelo ex-delegado Thiago Bardal e o delegado Ney Anderson, da Polícia do Maranhão, em oitiva na Câmara de Deputados, denunciando o uso de arapongagem pelo secretário de Segurança do Maranhão. Segundo a denúncia, a SSP teria grampeado, sem ordem judicial, telefones de desembargadores, deputados e de senador, para uso exclusivamente político. “Mobilizarei a Justiça Federal para que se investiguem essas acusações”, anunciou o senador, que teria sido um dos alvos de espionagem. Ele acompanhou a oitiva, ocorrida na tarde da última terça-feira na Comissão de Segurança, a pedido do deputado Aluísio Mendes (PODE-MA).

# TJMA recebe 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento de 2020

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu até essa última segunda-feira (1), os ofícios de requisição de precatórios advindos dos Juízos de execução para notificação dos entes devedores com finalidade de inclusão da previsão da despesa no orçamento do exercício de 2020.

Precatório é o procedimento administrativo através do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento, disponibilizada para consulta em lista pública no site do Tribunal de Justiça.

Para definição da pauta de pagamento por ordem cronológica, considera-se como momento de apresentação do precatório a data do protoco-



lo do ofício de requisição, observadas a natureza do crédito (alimentar ou comum) e a classificação das preferências por doença, idade ou necessidades especiais (CF/88, art. 100, §§ 1º e 2º).

Os precatórios apresentados ao Tribunal de Justiça entre 2 de julho de 2018 e 1º de

julho de 2019 (ano de elaboração da proposta orçamentária) serão informados à entidade devedora até o dia 20 de julho de 2019 para inclusão no exercício de 2020 (Resolução n.º 115/2010 do CNJ, art. 7º e § 1º; Constituição da República, art. 100, § 5º).

Nesse período foram rece-

bidos 2.387 ofícios de requisição de precatórios para inclusão no orçamento do próximo exercício, dos quais 1.128 no último mês, ou seja, cerca de 47,25% do total e 326 requisições apenas no dia de ontem (1º de julho). “Junho é, historicamente, o mês em que ocorre esse pico no recebimento de requisições para pagamento de precatórios”, explica o Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor de Precatórios, André Bogéa Pereira Santos, que destacou, também, o empenho do setor de Protocolo Administrativo, bem como de toda a equipe da Coordenadoria de Precatórios, que trabalhará agora em regime de mutirão para o envio, até 20 de julho, das listas a todos os entes devedores contemplando a relação dos precatórios requisitados até 1º de julho. **(Asscom TJMA)**

## Rapidinhas

- O 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Imperatriz, sediado na Facimp Wyden, realizou 363 audiências em junho, registrando o valor de R\$ 541.925,53 em acordos.
- O Centro de Conciliação realiza audiências pré-processuais e processuais, objetivando à resolução adequada de conflitos das áreas cível ou de família. Sob a coordenação da juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, o centro recebe demandas das varas cíveis e de família de Imperatriz.



**Data Venia**

**Mozart Baldez**

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

## **A ADVOCACIA E A SOCIEDADE MERECEM RESPEITO!**

Tenho para mim que o destino e Deus nos reservou a missão árdua de combatermos no Maranhão as práticas antigas de certos segmentos do judiciário que trazem efetivo prejuízo à advocacia e conseqüentemente à população maranhense.

Numa luta solitária, cujos adversários se dividem entre presentes e ocultos, temos que até agora, algo deva ter mudado na história da nossa advocacia: uma voz ecoa reiteradamente em direção do DIREITO E DA JUSTIÇA. Quem diz isto não somos nós. São os colegas que labutam no dia a dia e são vítimas de acontecimentos que não deveriam mais existir na rotina de um advogado.

Embora haja pretensão de INSTALAÇÃO DE CENSURA em face do subscritor, com intensificação de PROCESSOS AJUIZADOS por autoridades, é certo dizer que muitos que se tornaram alvos de denúncias por nós formuladas não gostam de transparência, legalidade, direito isonômico, como simboliza a balança do direito. Mas felizmente a LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE está chegando e valerá a pena a longa espera.

Criamos o SAMA – Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão, instrumento de luta, independente e autônomo, que não se curva à aplicação da lei para todos. Isto tem incomodado não apenas alguns integrantes do judiciário que fizeram campanhas para desacreditá-lo por conta da dureza da entidade no trato com a coisa pública, sob o pretexto de não termos carta sindical, como se fosse condição se ne qua non para representar uma classe trabalhadora.

Tentaram até sucumbir sumariamente a instituição, com propaganda ilegal em site oficial, numa demonstração de revanchismo pelo novo tipo de abordagem que a entidade implantou no Estado do Maranhão: denunciando quem merece ser denunciado e comentando decisões judiciais absurdas. Até mesmo no seio da advocacia temos colegas inconformados com a entidade porque deve ter atrapalhado algo. São inimigos gratuitos adquiridos em face do combate levado a efeito contra o sistema que não avança na direção que todos almejam.

É imperioso registrar que o judiciário brasileiro consome mais de quatro por cento (4%) do PIB – Produto Interno Bruto Nacional. Neste sentido deveria ser modelo de instituição. Mas não é, nunca foi e jamais será, se não for reformulado em todos os seus pilares. E uma de suas marcas continua sendo a morosidade e a desconfiança da sociedade.

A partir de 2015, passamos a denunciar sistematicamente a prática da jornada “TQQ” no Estado do Maranhão, que a nosso ver contribui para o retardamento da marcha processual e para a aplicação da jurisdição. O que significa essa jornada? São magistrados que não trabalham a semana completa, ou seja, chegam nas Comarcas do interior, no final da segunda-feira ou na manhã de terça e retornam na quinta-feira.

Por varias oportunidades estivemos pessoalmente no sertão e na baía da aonde gravamos em frente das Comarcas a ausência de magistrados em horários que deveriam estar trabalhando. Resultado: eles, os denunciados se rebelaram e passaram a usar o judiciário em proveito de seus próprios interesses para não serem “prejudicados”. Até um representante do MP beneficiário da jornada participou ativamente em processo para inibir ação sindical.

Não se ouve falar no Maranhão de nenhuma investigação desde 2015, que tenha como finalidade apurar denúncias de magistrados que não cumprem a jornada completa. Mas este signatário se tornou VÍTIMA de PROCESSOS INDENIZATÓRIOS e de AÇÕES PENAIS por crimes de CALUNIA, INJURIA E DIFAMAÇÃO, perpetrados por magistrados que não estavam cumprindo a jornada completa nos dias de visita. Com uma ressalva: processo célere. Tudo numa forma de intimidar o signatário e ameaçá-lo a não repetir “a graça”. Afinal, os beneficiários eram juízes de direito e com juízes não se brinca. Essa é a regra.

Na semana passada estivemos na Comarca de Urbano Santos – MA. Era uma quinta-feira. A secretaria instada a dizer aonde estava o juiz titular disse-nos que o mesmo estava fazendo curso e que somente retornaria à Comarca na segunda-feira. Estivemos também na Comarca de Paço do Lumiar – MA, mais precisamente na Terceira Vara para participarmos de uma audiência de natureza cível.

Ao chegarmos na sala de audiência o secretário do juiz nos informou que não teria audiência porque o representante do Ministério Público, justificadamente não pôde comparecer. Na data de ontem (04/07/19), uma quinta-feira, estivemos novamente na Comarca de Paço do Lumiar – MA, desta feita para participarmos de uma audiência no Juizado Especial Criminal. No horário exato fomos informados que a juíza que preside os autos estava fazendo curso na ESMAN – Escola superior da Magistratura do Maranhão, sendo que somente voltaria à comarca na segunda-feira próxima (08/07/19).

Apenas para mostrar aos leitores que esse direito de faltar audiência sem avisar as partes e advogados somente é prerrogativa de promotor e juiz, abalroando o princípio da isonomia, às vezes nós advogados temos a necessidade de pedir adiamento e redesignação, por coincidir uma e outra audiência e até pelo estado de saúde das partes, nesta senda, somos instados a apresentar uma serie de exigências o que não ocorre com as autoridades que sempre apresentam razões genéricas.

Neste sentido surgem várias indagações sobre a forma de como a sociedade e advogados são tratados em decorrência de interesses apenas da instituição e de seus membros. Ora, será que a ESMAN não poderia ministrar os cursos para juízes no período noturno e aos sábados, domingos e feriados, férias e recesso, sem ter que sacrificar o expediente que já é pouco produtor?

Noutro sentido, o por quê os magistrados não são obrigados a comunicar às partes e advogados com três dias de antecedência, no sítio do TJMA, que não irão ao local de trabalho, evitando destarte que os colegas se desloquem para locais longínquos, como já ocorreu várias vezes conosco?

Então são essas pequenas situações que nenhum gestor resolve no TJMA. Enquanto isto os advogados por falta de combatividade e atuação da OAB-MA, baixam as suas cabeças e se submetem a essa humilhação porque precisam trabalhar sem perseguição para poderem sustentar as suas famílias.

Por ocasião da campanha para a presidência da Ordem local, como candidato, tivemos a oportunidade de conhecer quase todas as comarcas do interior e catalogamos os reclamos da classe que são inúmeros e versam sobre os mesmos fatos. Na verdade alguns juízes seguem um monólogo de atuação e os advogados se tiverem juízo obedecem e se calam.

Sinto isto todas as vezes que chegamos nas audiências e o juiz não chega. Quando você pergunta o motivo o próprio serventuário se sente incomodado porque parece ser proibido perguntar o motivo da ausência do magistrado em seu local de trabalho no dia que ele próprio marca para estar.

Como funciona então a ESMAN? Será que lá existe um calendário de cursos preparado com antecedência? ou o magistrado é pego de surpresa? assim como partes e advogados? Será que esses cursos não poderiam ser apenas a tarde, ficando as manhãs livres para a realização de audiências?

O certo meus amigos, é que a advocacia merece respeito e o jurisdicionado também.

**Mozart Baldez – Advogado**

**Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA**

## Açailândia

### **Acusado de tentativa de homicídio é condenado a nove anos de prisão**

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira, dia 2. No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença formado por jurados da comunidade decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de nove anos e quatro

meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade. Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos

frentistas do posto, entre os quais, a vítima Danyel Mota. De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda. Ao chegar no posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais uma

munição intacta. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar. Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Livia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram na defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açailândia.

## Preso em Bacabeira membro do CV envolvido em assaltos

Na tarde de quarta-feira (3), a Polícia Civil efetuou a captura de Leandro Lima do Nascimento, mais conhecido pelas alcunhas “Gudu” ou “Bili”, em Peris de Cima, município de Bacabeira. Ele, que é suspeito de vários assaltos no Maranhão, é membro da facção criminosa Comando Vermelho (CV), sendo que estava com um revólver calibre 38, com numeração suprimida. De acordo com a Delegacia de Bacabeira, “Gudu” foi encontrado na casa da namorada dele. Em desfavor de Leandro, há um mandado de prisão preventiva decretado pela 2ª Vara da Comarca



de Rosário. “Bili” esteve preso durante alguns anos no Complexo Penitenciário de São Luís. **(NM)**

# Informe JP

## **Eleição para TRE-MA (I)**

Na próxima sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), dia 17 de julho, será realizada a eleição para a vaga de membro substituto - categoria Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). A vacância ocorre no dia 20 deste mês, quando se encerra o 1º biênio do desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro.

A comunicação do encerramento do 1º biênio foi feita pelo presidente do TRE-MA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, por meio do Ofício nº 859/2019 à Presidência do TJMA, em 24 de junho.

## **Eleição para TRE-MA (II)**

Esta eleição segue os termos do artigo 9º do Regimento Interno da Corte Eleitoral maranhense. A comunicação sobre o pleito foi realizada nessa quarta-feira (3), pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, durante a Sessão Administrativa.

O desembargador Vicente de Paula foi eleito membro substituto TRE-MA, na categoria de desembargador, por unanimidade, na Sessão Plenária Administrativa da Corte Estadual de Justiça do dia 19 de julho de 2017.

## Rapidinhas

- O vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, foi convidado pela Academia Brasileira de Letras para integrar o Quadro de Membros Correspondentes da instituição.
- O magistrado, que é também escritor, poeta e jurista, já é membro efetivo de outras quatro academias. Serejo ocupa a cadeira nº 35 da Academia Maranhense de Letras e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

# Seccional Leste cumpre três mandados de prisão em operação

DIVULGAÇÃO/PC



Luís Felipe, Ricardo Cabral e Sérgio Afonso foram presos em operação da Seccional Leste

A Seccional Leste realizou uma operação, na manhã dessa quinta-feira (4), na região metropolitana de São Luís, a fim de localizar foragidos da Justiça. Foram encontrados três homens, sendo eles Sérgio Afonso Pereira dos Santos, Luís Felipe Martins Sales e Ricardo Cabral Chagas. Todos eles estão com mandados de prisão decretados por crimes distintos. Sérgio estava foragido por

homicídio, sendo que possui uma condenação expedida pela 1ª Vara de Paço do Lumiar. Luís Felipe, por sua vez, está com mandado de prisão por sentença condenatória, decretada pela 2ª Vara de Paço do Lumiar, pelo delito de roubo. E, por fim, Ricardo Cabral é investigado por porte ilegal de arma de fogo com mandado expedido pela 1ª Vara de Paço do Lumiar.

Dois dentre os alvos já estavam encarcerados, mas tiveram os mandados de prisão cumpridos no presídio. Segundo o delegado Henrique Mesquita, titular da Seccional Leste, as operações têm o objetivo de retirar criminosos condenados das ruas, “o que, além de tornar a cidade mais segura, também produz a sensação de mais segurança ao cidadão”.  
**(NELSON MELO)**